livros, em grupo específico no Passivo Exigível a Longo Prazo, estão apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro de consumidores, da União e de outras fontes, com fins específicos de financiamento para obras.

• Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

• Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até 31 de dezembro de 2003, quando legal ou contratualmente exigidos

4. Aplicações no mercado aberto

Instituição Financeira	Tipo	31/12/03	31/12/02
Banco do Brasil	Fundo de Renda Fixa	237	1.212

4. Consumidores. Concessionárias e Permissionárias

Descrição	A Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos após 90 dias	Saldo		Provisão para Devedores duvidosos	
				31/12/03	31/12/02	31/12/03	31/12/02
Residencial	6.376	13.978	12.278	32.632	26.703	(12.216)	(11.055)
Industrial	726	2.885	4.409	8.020	5.689	(3.546)	(3.145)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	2.240	6.176	5.903	14.319	11.618	(4.945)	(4.427)
Rural	487	1.546	1.299	3.332	2.354	(1.046)	(717)
Poder Público							
Federal	143	517	19	679	512	(7)	(24)
Estadual	739	2.225	1.475	4.439	2.985	(174)	(118)
Municipal	897	1.542	2.945	5.384	4.454	(1.307)	(1.106)
Iluminação Pública	1.541	1.185	2.628	5.354	3.756	(1.741)	(1.585)
Serviço Público	818	5.508	38.620	44.946	28.657	(27.490)	(14.903)
Energia Livre	2.518	-	-	2.518	-	-	-
Sobretaxa do Racionamento	-	-	8.225	8.225	8.960	(8.091)	(4.058)
Bônus do Racionamento	-	-	(119)	(119)	(231)	118	229
Serviço Taxado	948	97	224	1.269	1.286	(216)	(731)
Acréscimos moratórios	200	579	1.518	2.297	1.964	(1.207)	(1.206)
Encargo de capacidade							
Emergencial	531	1.362	1.440	3.333	1.622	(679)	(56)
Outros	-	-	-	-	-	(3.219)	(3.509)
Arrecadação em Processo de Classificação	-	-	(9.459)	(9.459)	(10.259)	-	-
Subtotal - Consumidores	18.164	37.600	71.405	127.169	90.071	(65.766)	(46.411)
Concessionárias	540	16	12	568	500	(11)	-
Comercialização no MAE	-	-	5	5	542	-	(555)
	18.704	37.616	71.422	127.742	91.113	(65.777)	(46.966)
Fornecimento não faturado	21.173	-	-	21.173	16.320	-	-
Total	39.877	37.616	71.422	148.915	107.433	(65.777)	(46.966)

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída conforme disposto no item nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que entrou em vigência em 01 de janeiro de 2002, considerando os parâmetros a seguir descritos:

- consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- consumidores comerciais vencidos há 180 dias; e
- consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias

6. Títulos a Receber

A composição dessa conta é constituída da seguinte forma:

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/03	31/12/02	31/12/03	31/12/02
Setor Público	4.045	980	1.702	1.483
Setor Privado	15.581	5.220	-	-
	19.626	6.200	1.702	1.483

Os títulos a receber referem-se a parcelamentos de débitos de energia em atraso. Em 31 de dezembro de 2003, a companhia possuía títulos a receber vencidos no montante de R\$ 4.491 mil (R\$ 3.719 mil em 31 de dezembro de 2002). A administração da companhia não tem expectativa de perdas na realização desses ativos.

7. Acordo Geral do Setor Elétrico

7.1 Recomposição tarifária extraordinária

Cumprindo o Acordo Geral do Setor Elétrico previsto na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Companhia apurou e registrou como receita, em 31 de dezembro de 2001, o valor de R\$ 43.094 mil, representativo da perda de faturamento verificada no período de junho a dezembro de 2001. Em janeiro e fevereiro de 2002 foram registrados R\$ 8.354 mil.

Os valores finais aprovados pela ANEEL em 29 de agosto de 2002, foram de R\$ 28.320 mil para o período de junho a dezembro de 2001 e de R\$ 7.724 mil para os meses de janeiro e fevereiro de 2002. Estes valores estão sendo recompostos mediante a aplicação de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% para os consumidores residencial, exceto baixa renda, rural é de 7,9% para as demais classes de consumidores. O prazo estabelecido pela ANEEL na Resolução nº 484, de 29 de agosto de 2002, para a recuperação da perda de receita com o racionamento foi de 80 meses. Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1, alterou este prazo para 77 meses.

A composição dos saldos é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/03	31/12/02
Ativo Circulante	12.184	11.200
Ativo Realizável a Longo Prazo	16.946	20.684
	29.130	31.884

7.2 Valores tarifários não gerenciáveis a compensar

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, criou a Conta de Compensação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA destinada a registrar como ativo ou passivo as variações dos custos não gerenciáveis, a serem imputados às tarifas de energia elétrica.

A CVA foi dividida em duas etapas. A primeira compreende o período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, denominada de Parcela "A", onde foram apurados os custos não gerenciáveis daquele período. A recuperação dos valores ativados dar-se-á logo após as recomposições da perda com o racionamento e da energia livre, pelo período necessário à sua absorção nas tarifas de energia, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

A segunda parte da CVA absorve anualmente as variações, devedoras ou credoras, dos custos não gerenciáveis ocorridos entre reajustes tarifários. Tais variações são consideradas nos reajustes de tarifas do período subsequente ao de sua ocorrência.

A composição dos saldos é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/03	31/12/02
Ativo Circulante	6.949	2.729
	6.949	2.729

7.3 Energia livre

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada, denominada "Energia Livre", entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais.

Com base nas informações fornecidas pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, no exercício de 2001 a CEPISA procedeu ao registro da energia livre no valor de R\$ 18.248 mil, a crédito e a débito do Resultado do Exercício, tendo como contrapartida o ativo realizável a longo prazo e o passivo exigível a longo prazo, respectivamente.

Em 29 de agosto de 2002, através da Resolução 483, a ANEEL homologou o valor de R\$ 19.326 mil, referente a energia livre. Este valor foi modificado pela ANEEL em 12 de janeiro de 2004, pela Resolução Normativa nº 1, para R\$ 21.977 mil. O valor complementar de R\$ 2.651 mil, foi reconhecido no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2003. Tendo como contrapartida os registros a débito e a crédito no resultado do exercício.

A parcela da energia livre será rateada e cobrada dos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional por meio da mesma recomposição tarifária extraordinária descrita no item 7.1 antes descrito. Os valores serão repassados às empresas geradoras na forma estabelecida nas Resoluções ANEEL nºs 36, de 29 de janeiro de 2003 e 89, de 25 de fevereiro de 2003.

8. Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica

Como decorrência da situação hidrológica crítica, devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões sudeste e nordeste do país, o Governo Federal instituiu a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE e estabeleceu um plano de racionamento de energia elétrica, que vigorou de junho de 2001 a fevereiro de 2002. O Plano de Racionamento teve como meta a redução de 20% no consumo de energia elétrica para consumidores de baixa tensão e uma redução de 15% a 25% no consumo para consumidores de média e alta tensão, em relação ao consumo médio ocorrido no período de maio a julho de 2000. Os principais tópicos do referido programa são: